

A imobilidade histórica em *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos

Luís Alfredo Paduanelli Galeni¹

O Brasil dos anos 1930: um país em mudança.

Após a Proclamação da República em 1889, um clima de expectativa de mudança tomou conta da elite brasileira. Embora muitas transformações tenham de fato ocorrido, é consenso entre os historiadores que o período entre 1889 e 1930, ano do golpe da Aliança Liberal e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi uma época de profundos contrastes. Para além dos primeiros sinais de modernização, ainda imperava o predomínio das oligarquias, a vida e economia ainda eram pautados pelas atividades rurais, grande parte da população permanecia às margens das decisões políticas, havia um lento desenvolvimento urbano e industrial. Por essas razões, Maria Efigênia Lage de Resende chamou esse período de “liberalismo oligárquico”, um tempo em que coexistia a Constituição Federal (1891-1934) de orientação liberal e práticas políticas oligárquicas (RESENDE, 2018, p. 81). Duas formas de políticas excludentes, uma de caráter progressista e outra tradicionalista.

Na sociedade descrita havia uma contradição inconciliável: um governo que tinha por pressuposto teórico o republicanismo, ou seja, servir à coisa pública ou ao interesse coletivo, mas que na prática ocorria a dominação política de uma minoria e a exclusão da maioria (RESENDE, 2018, p. 81). Não é à toa que esse período é marcado por revoltas, motins e rebeliões. Dessa forma, a contradição fez crescer a insatisfação que culminou nos movimentos dos anos 1920, exigindo a efetiva modernização do Brasil, tanto econômica como política. Foi durante essa década que surgiu o movimento tenentista, a semana de arte moderna, a criação do partido comunista, a expansão da produção de café e sua crise, tal como a crise do poder oligárquico (FERREIRA; PINTO, 2018, p.373). Tais acontecimentos são marcadores dos “ventos da mudança” que sopravam no Brasil daquele momento. Embora os movimentos de sustentação do golpe que colocou fim à República Oligárquica, em 1930, não tenham sido homogêneos, havia em todos eles (oligarquias de segunda ordem, militares, camadas médias urbanas, intelectuais) o descontentamento dos rumos que o país tomava². O clamor pela

¹ Doutorando em Romanística pela Universität Leipzig, Leipzig, Alemanha. ORCID: 0000000270438011. Email: luisalfredo_galeni@yahoo.com.br

² “O que os irmanava [diferentes grupos da Revolução de 30] era uma vontade de experimentar novas formas políticas, numa tentativa desesperada de alijar o arcaico. O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado novo” (SKIDMORE, 1996. p. 26).

mudança possibilitou as transformações, em especial no sistema político e da estrutura administrativa ao longo das décadas de 1930 e 1940 (SKIDMORE, 1996, p. 25).

Na economia, o primeiro governo Vargas (1930-1945) dá impulso ao crescimento econômico que já vinha engatinhando, criando um modelo que será continuado até os anos 1980: o nacional desenvolvimentismo. Até 1944, adotou-se a política de salvação do café (LEOPOLDI, 2018, p. 231), que enfrentava crise nos preços; incentivo da diversificação de outras culturas agrícolas, como o cacau e algodão (LEOPOLDI, 2018, p. 233); incentivos governamentais para a dinamização industrial, como os setores têxtil, químico, de papel, de cimento, aço e pneus (LEOPOLDI, 2018, p. 235); fomento a infraestrutura industrial, como o petróleo, ferro, aço, energia hidrelétrica, que acabavam por influenciar o crescimento dos setores de metalurgia, transporte, produtos químicos e farmacêuticos e a indústria têxtil (LEOPOLDI, 2018, p. 237). Toda essa estrutura econômica era calcada em um novo desenho financeiro, onde o Estado passava a regular o mercado bancário e financiando direta ou indiretamente a produção rural e industrial (LEOPOLDI, 2018, p. 252).

Na cultura, houve esforço, em especial depois da fundação do Estado Novo (1937-1945), na articulação de intelectuais e a burocracia do Estado, de conformação e divulgação de normas e valores identitários da nacionalidade brasileira, “aquilo que era chamado de recuperação do passado nacional brasileiro” (GOMES, 1998, p. 122). Esse projeto cultural objetivava “exorcizar” o passado (GOMES, 1998, p. 127), ao mesmo tempo em que se buscava, nesse mesmo passado, inspiração. A crença era de que “o presente não é o começo do futuro, mas o último momento do passado, numa perspectiva evolucionista, mas não progressivista” (GOMES, 1998, p. 128). Assim, a tradição servia de fonte de explicação para o novo (GOMES, 1998, p. 131).

A literatura também foi afetada. Antonio Candido nos lembra que a Revolução de 1930 gerou um movimento de unificação cultural, “projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões” (CANDIDO, 1984, p. 27), também marcado pelo engajamento político, religioso e social no campo da cultura (CANDIDO, 1984, p. 28). Isso pode ser notado “pelo enfraquecimento da literatura acadêmica; da aceitação consciente ou inconsciente das inovações formais e temáticas; do alargamento das ‘literaturas regionais’ à escala nacional; da polarização ideológica” (CANDIDO, 1984, p. 29). O resultado dessa transformação cultural e literária é a extensão que a literatura de cunho regional ganha, tornando-se a modalidade de significação nacional.

É o caso do ‘romance do Nordeste’, considerado naquela altura pela média da opinião como o romance por excelência. A sua voga provém em parte do fato de radicar na linha da ficção regional (embora não ‘regionalista’, no sentido pitoresco), feita agora com

uma liberdade de narração e linguagem antes desconhecida. Mas deriva também do fato de todo o país ter tomado consciência de uma parte vital, o Nordeste, representado na sua realidade viva pela literatura (CANDIDO, 1984, p. 30).

O grande nome dessa geração é Graciliano Ramos. Nascido no interior de Alagoas, vindo de um mundo rural e sertanejo, escreveu grande parte de suas obras entre os anos 1930 e 1940, momento decisivo da modernização do Brasil. O tema recorrente em suas obras é a representação da alteridade. Em *Memórias do cárcere*, o autor alagoano, através da narrativa de sua própria prisão, constrói a representação do Brasil como o outro: um país que inaugura um novo governo, mas que não traz consigo nada de novo, por perpetrar o autoritarismo, violência e injustiças. O encarceramento pode ser lido como o próprio país, espaço de apresamento físico e mental, desorientando temporalmente, criando sempre a sensação de que acontecimentos pretéritos se confundiam com o presente, deixando pouco espaço para mudanças futuras. A cadeia e o país são criadores de imobilidades.

O Brasil como o outro de *Memórias do cárcere*

Em março de 1936, acusado informalmente de ter ligações com a Intentona Comunista de novembro de 1935, Graciliano Ramos foi preso sem o devido processo legal. Levado de Maceió para o Rio de Janeiro, passou dez meses encarcerado, sendo posto em liberdade apenas em janeiro de 1937. As anotações feitas dentro da prisão foram perdidas e, em 1945 começou a redação das *Memórias* sobre o tempo que viveu como prisioneiro político. Faleceu em 1953, sem terminar a redação da obra.

As *Memórias* buscam a presentificação dos dez meses de acontecimentos que o autor viveu na cadeia: desde sua prisão em Alagoas, até a transferência para a Colônia Correccional, no Rio de Janeiro. A narrativa é escassa em ações, devido à condição que Ramos se encontrava. Encarcerado, não havendo muito espaço para movimentações físicas. Por essa razão, o que predomina no livro são as reflexões, o espaço do psicológico. Preocupações com a situação financeira da sua família; a qualidade de seu livro *Angústia*, que publicara na véspera de sua prisão; a condição de selvageria e indecência dos presos e qual seria o destino do Brasil são alguns dos assuntos que preenchem a obra, sempre marcada por saltos no tempo, sensação de desorientação e desesperança.

Como homem de seu tempo, Graciliano Ramos faz parte do que se chama de Geração de 30, grupo decisivo da tradição literária brasileira que tinha como problemática central a representação do outro³ e cujos efeitos se espalharam por toda cultura nacional, até hoje

³ “Desde o início da década, com livros como *O quinze* e *Menino de engenho*, o problema da representação do outro levou a diferentes soluções ideológicas e estéticas, que vão desde a simpatia sem qualquer questionamento até a recusa completa a integrar o outro na ficção” (BUENO, 2015, p. 16).

(BUENO, 2015. p. 27). Luís Bueno defendeu a ideia de que a importância de Ramos está em sua busca de uma solução estética para a questão da alteridade – quem é o outro? Como representar o outro? –, abordando o aspecto psicológico desse problema, conseguindo fundir a vida íntima e a vida social (BUENO, 2015. p. 641). Entretanto, a análise de Bueno, que parte de *Caetés*, passando por *São Bernardo e Angústia*, termina em *Vidas secas*, sugerindo que esta é o ponto alto de sua problemática da figuração da alteridade (BUENO, 2015. p. 664). *Memórias do cárcere*, que também pode ser lida nessa chave, não entra na conta de Bueno.

Hermenegildo Bastos também viu uma conexão sequencial entre os livros do autor alagoano. Bastos afirma que as obras de Graciliano Ramos começam a partir do ponto em que o anterior foi interrompido, culminando, dessa forma, no inacabado *Memórias do cárcere* (BASTOS, 1998, p. 14). Ou seja, todas as obras são lacunares e marcadas pela repetição. Bastos ainda afirma que isso pode ser percebido no próprio fato de sua última obra narrar situações vividas que estão encadeadas em outras lembranças de outros momentos da vida – e outros personagens de sua literatura –, também marcadas pela opressão. Ramos faz essas conexões com o intuito de entender a si próprio, e, portanto, para o autor como para suas personagens, há a falta de perspectiva futura (BASTOS, 1998, p. 18). O momento máximo da desesperança é o próprio inacabamento das suas *Memórias*: a saída da prisão não é narrada, um acontecimento importante, mas sempre postergado, como se ele nunca tivesse efetivamente deixado o cárcere.

Bastos também afirma que *Memórias do cárcere*, através de quatro narrativas (de testemunho; da realidade brasileira; da revisitação de suas obras anteriores e do vestígios sobre a alma dos criminosos) reorganizadas em uma unidade testemunhal, é um livro sobre a realidade histórica nordestina-brasileira-universal (BASTOS, 1998, p. 20). Acrescentamos que sua reflexão não é somente histórica em sentido de testemunho de sua época legado à posteridade, como também é uma interpretação literária de um “grande outro”, a história do Brasil. Dito de outra forma: no esforço de entender a si próprio, a condição em que se encontra – que é histórica –, Graciliano Ramos tenta representar o outro (o país), narrando, no presente, o passado do Brasil, para o futuro. Portanto, independentemente de ser um livro memorialístico, autobiográfico ou tudo isso misturado com ficção, o que nos interessa aqui é a possibilidade de leitura da *Memórias* como uma narrativa *da e sobre a* história do Brasil – mas sem as pretensões de um historiador.

Como afirmou Bosi, Graciliano Ramos não escreve para que sua memória seja um documento histórico, no sentido de espelho fiel da realidade (BOSI, 1995, p. 319), nem tampouco o faz com intuito de ficcionalizar o passado. Sua estratégia é dar liberdade à sua própria rememoração.

O autor não propõe absolutamente que a testemunha dê um salto para o discurso da imaginação; mas legitima um modo livre, nada ortodoxo, de tratar o fluxo da memória [...] O que importava ao memorialista, passados dez anos dos acontecimentos, era construir uma versão que não pretendesse erigir-se em interpretação consensual e universal (meta da História científicista); mas que fosse tão-só aquela versão aderente às suas lembranças insubstituíveis do vivido (BOSI, 1995, p. 320).

Ramos é uma testemunha e não um historiador, sem que isso o impeça de relegar à posteridade suas impressões, não só da época em que viveu, mas também uma reflexão sobre a dimensão histórica do Brasil. Essa não é necessariamente uma reflexão explícita e direta – ao modo dos acadêmicos, ela é mais sutil – ao modo de um literato –, estando calcada na tentativa de entender o mundo que o cerca. A cadeia funciona como um laboratório para seus pensamentos, que, embora livres, também vão se mostrando enclausurados. Assim, a posição física em que o narrador narra, reflete na sua posição mental: os pensamentos são tolhidos lentamente, a mente, tal como o corpo decaem.

Bosi também afirmou que nas *Memórias* “há sempre alguma coisa de indistinto, de mal aclarado e mal resolvido nos episódios lembrados. O embaraço diante dos fatos estende-se à compreensão dos companheiros. Quase todos lhe parecem opacos” (BOSI, 1995, p. 314). Os equívocos de interpretação são impossibilidades de interpretação, mas que contraditoriamente insistem em acontecer. Fazendo um paralelo, tal como os companheiros (os “outros”) indecifráveis, a história do próprio país cai nessa figuração. Se o mal resolvido sempre afeta as memórias de Ramos, fazendo-as retornar, o mal resolvido do passado nacional sempre volta na realidade brasileira, como o caso de um Estado ditatorial, fruto de uma sociedade autoritária e uma justiça inerte.

A leitura de um passado que determina o presente já aparece em seu primeiro livro, *Caetés*. João Valério, herói do romance é um simples contador oriundo de uma família que decaiu financeiramente. Incapaz de mesclar-se com o mundo que o rodeia, tenta escrever um romance histórico, depositando na escrita um meio de inserção na vida social de Palmeira dos Índios (BUENO, 2015, p. 598). O livro que João Valério tenta escrever é sobre os caetés, antigos nativos que ocupavam a região antes da chegada dos portugueses. Entretanto, se vê incapacitado em tal tarefa.

Não ser selvagem! Que sou eu senão um selvagem, ligeiramente polido, com uma tênue camada de verniz por fora? Quatrocentos anos de civilização, outras raças, outros costumes. E eu disse que não sabia o que passava na alma de um caeté! Provavelmente o que se passa na minha, com algumas diferenças. Um caeté de olhos azuis, que fala português ruim, sabe escrituração mercantil, lê jornais, ouve missas. É isto, um caeté [...] Para os lados do Xucuru, meia dúzia de luzes indecisas, espalhadas. Aquilo há pouco tempo era dos índios. Outras luzes na Lagoa, que foi uma taba. No Tanque, montes negros como piche. Ali encontraram, em escavações, vasos de barro e pedras talhadas à feição de meia-lua. Negra também a Cafurna, onde se arrastam, miseráveis,

os remanescentes da tribo que lá existiu. Que semelhança não haverá entre mim e eles! Por que procurei os brutos de 1556 para personagens da novela que nunca pude acabar? [...] Diferenças também, é claro. Outras raças, outros costumes, quatrocentos anos. Mas no íntimo, um caeté. Um caeté descrente (RAMOS, 1990, p. 194-195).

João Valério e os que o rodeiam, figuram como pretensos civilizados, mas que não deixaram de ser selvagens, brutos. Quando o protagonista finalmente consegue integrar-se, ascendendo socialmente, abandona de vez o livro, pois já não precisa dele. Se antes ele é mal resolvido por não conseguir misturar-se, antagonizando com os que o rodeia, agora que consegue, toma consciência de que seu mundo não passa de uma evolução mal-acabada, incongruente, espécie de permanência de uma sociedade de 400 anos atrás. Todos caetés. João Valério parece aceitar esse fato, não precisa mais exteriorizar a história de um passado que continua no presente. Não há necessidade de entender o outro do passado, pois esse ainda vive no presente. A compreensão da questão sobre quem é o outro está no signo do mesmo: brutos, selvagens, ocupando o mesmo local, com diferenças nos detalhes. Dessa forma, a sua sociedade, os indivíduos que nela vivem, existem sob o signo da imobilidade. Se voltamos para as leituras dos intelectuais que destacamos na primeira parte desse trabalho, perceberemos que o percurso mental é o mesmo: nós somos uma continuidade pouco ou nada evoluída de um passado arcaico.

Assim, o romance acaba com a ascensão social do protagonista e a aparente aceitação do status primitivo do seu mundo e, portanto, nada mais precisa ser dito: a escrita do protagonista João Valério e de Ramos se encerram simultaneamente, nem o primeiro dará continuidade ao seu livro, pois ele parece compreender seu meio, não havendo mais nada a se narrar e nem o segundo o fará, pela mesma razão. Entretanto, tanto a Ramos como a seus personagens falta perspectiva e o que parecia ter sido resolvido em *Caetés* (a questão do outro), retorna em *Memórias do cárcere* – tal como nas outras obras, como já destacou Bueno –, com um diferencial: estende-se mais claramente a leitura ao país, passando do regional (o que era nacional implicitamente) ao nacional (explicitamente). A partir do momento que Graciliano Ramos narra sua experiência como prisioneiro político, também tece acontecimentos, pensamentos e personagens. Fazendo-o, ele interpreta o Brasil, uma nação tributária da continuidade. Entretanto, essas leituras aparecem nas entrelinhas, na sutileza de suas reflexões reiteradas.

Memória reiterada e enclausurada: o presente sem futuro.

Preso, Graciliano Ramos não é mandado imediatamente para o Rio de Janeiro. Fica alguns dias em um quartel do Exército, em Maceió, antes de ser transferido para o Pavilhão dos Primários, na capital fluminense e depois para a Colônia Correccional. Esses são os raros momentos da obra em que o autor se movimenta, mas que se convertem em experiências para

que seus pensamentos possam se ocupar, em especial sobre o mundo que o rodeia e a própria condição do Brasil e do regime Vargas.

Na abertura do livro, Ramos medita sobre sua escrita, relembra que as anotações originais, devido às transferências, se perderam. Demorou anos para começar a redação de suas *Memórias*, não por causa de censura do Estado, mas por inépcia ou preguiça. Pondera a veracidade de sua narrativa, assinalando que seu texto não corroborará com a mentira a respeito do regime, um “pequenino fascismo tupinambá”, que permitiu alguma liberdade

Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. Não será impossível acharmos nas livrarias libelos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela, indulgentes ou cegos. Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato, ele não nos impediu de escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício (RAMOS, 2015, p. 12).

Ramos tem consciência de que o governo de Vargas não se equipara aos fascismos da Europa. Ao contrário daqueles, o nosso foi “pequenino”. Foi também “tupinambá”, expressão para designar algo nacional, em referência aos povos Tupinambás, indígenas que habitavam grande parte do litoral brasileiro antes da presença europeia. Ramos assim o faz, para contrastar com a designação “república novíssima”, em alusão ao Estado Novo (1937-1945). Se de um lado o regime que nasce se proclama novo, ele não deixa de ser uma cópia da Europa – um fascismo aclimatado no trópico – e ainda por cima menor em comparação aos seus irmãos do hemisfério norte. Também não deixa de ser tupinambá, alusão à marca identitária brasileira do passado. Temos, pela primeira vez, nas entrelinhas, o contraste do Brasil que se quer novo, mas ainda marcado por um elemento de seu passado.

O regime não o privou da escrita, entretanto, foi suficientemente opressor para suprimir o desejo de se dedicar à essa atividade. Assim, inicialmente Ramos já introduz uma característica que se repetirá em toda sua obra: a contradição de se ter certa liberdade que é aniquilada pelo desânimo e abandono de si mesmo, levando-o reiteradamente a se sentir confuso, perdido no tempo, ao passo que não abandona totalmente a clareza na leitura de seu mundo. Desorientação temporal, inépcia, “nevoeiro mental, fugas, carência de nexos” (RAMOS, 2015, p. 397) são os efeitos que a prisão causa em Ramos. O apresamento de seu corpo impacta seu entendimento.

A noite preguiçosa a arrastar-se; impossível saber se me achava no princípio ou no fim dela. Na verdade, o tempo não era o que havia sido: tornara-se confuso e lento, cheio de soluções de continuidade, e nesses hiatos vertiginosos perdia-me, escorregava, os olhos turvos, numa sensação de queda ou voo. Náuseas, aperto no diafragma. Evidentemente se tudo em redor me parecia vago e incompreensível, se até a noção de tempo se

modificava, cá dentro deviam as coisas passar-se de maneira lastimosa, esta velha máquina emperrava. Sem dúvida, inquietava-me perceber que havia tornado, naquela pausa singular, estúpido em demasia. A atenção embotada saltava frequentemente de um assunto para outro, sem conseguir estabelecer a mais simples relação entre eles, e às vezes ficava a doidejar, a rodear pormenores, como peru, tentando decifrar insignificâncias (RAMOS, 2015, p. 50).

O silêncio da noite sempre aparece como torturante, interrompendo a passagem do tempo, desorientando suas reflexões, tornando-o “estúpido em demasia”, se ocupando em “insignificâncias”. Encarcerado, imobilizado fisicamente, o pensamento acaba por cair em condição semelhante ao do corpo. O juízo é afetado, sua lucidez é colocada em questão, é tomado por uma “loucura fria” em que “indivíduos e objetos diluíram-se, inconsistentes” (RAMOS, 2015, p. 113). O mundo que o rodeia possui um nexos confuso, temporalmente irregular. A realidade dentro desse ambiente destoa do mundo de fora, é um mundo à parte: “estávamos isolados” (RAMOS, 2015, p. 204), dirá ele. Em outra ocasião, ao ser transferido de Alagoas, no porão do navio Manaus, para o Rio de Janeiro, Ramos descreve novamente a desorientação temporal.

Ligeiras pausas, cochilos, nenhum meio de avaliar em que ponto da noite me achava. Os relógios me desagradam: em geral a marcha dos ponteiros, o tique-taque, a indicar a urgência de concluir um capítulo, me desarranjam o trabalho; assando, porém, no horrível forno, em vão tentava adivinhar, explorando os arredores, abrindo os ouvidos, o pingar lento dos minutos. Queimou-se o último fósforo (RAMOS, 2015, p. 110).

Ramos até tenta ocupar-se com “muitas coisas”, mas as misturava, confundia-se e acabava desorientado “em avanços e recuos no tempo”, impossibilitando a fixação de qualquer coisa no espírito (RAMOS, 2015, p. 125). Na cadeia, a mente era afetada, os prisioneiros viviam “a receber choques na alma” (RAMOS, 2015, p. 180). Como consequência desse processo a esperança é suprimida: “A nossa vida não tem muito valor, às vezes se encrenca e desejamos a morte; faltando-nos coragem para o suicídio, exibimos outra forma de coragem; queremos desaparecer: é uma perda individual” (RAMOS, 2015, p. 94). Seguida pela perda da civilidade: “A educação desaparecera completamente, sumiam-se os últimos resquícios de compostura, e os infelizes procediam como selvagens. Na verdade, éramos selvagens” (RAMOS, 2015, p. 437). O autor vai construindo essa ambientação mental de si próprio, entrecortando por diversas reflexões, em especial àquelas destinadas a entender o Brasil. Assim, além da experiência sensorial confusa, temporalmente imóvel e o decaimento humano serem tecidas lentamente desde o começo de sua narrativa, quando a sua prisão iminente é apresentada, também se associam de maneira semelhante com que o autor interpreta o próprio país: estático.

No início de 1936, Graciliano Ramos recebe telefonemas contendo ameaças, mas julga não se tratar de coisa relevante, “com certeza picuinhas de algum inimigo débil, e esqueci-as:

nem um minuto supus que tivessem cunho oficial” (RAMOS, 2015, p. 17). Logo em seguida é demitido de seu emprego na instituição pública de Alagoas. À partir daí começam os sentimentos de desorientação e as repetições de pensamento que culminam na desesperança. Considera deixar Alagoas “e nunca mais voltar, esquecer tudo, coisas, fatos e pessoas” (RAMOS, 2015, p. 20). Modera essa ideia, pois é uma “presunção de selvagem”. A esse pensamento encadeiam-se outros. Pensa nos colegas de trabalho, sujeitos decentes,

mas as engrenagem onde havíamos entrado nos sujava. Tudo uma porcaria. Tolice reconhecer que a professora rural, doente e mulata, merecia ser trazida para a cidade e dirigir um grupo escolar: fazendo isso, dávamos um salto perigoso, descontentávamos incapacidades abundantes. Essas incapacidades deviam aproveitar-se de qualquer modo, cantando hinos idiotas, emburrando as crianças. O emburramento era necessário. Sem ele, como se poderiam aguentar políticos safados e gerais analfabetos? Necessário reconhecer que a professora mulata não havia sido transferida e elevada por mim: fora transferida por uma ideia, pela ideia de aproveitar elementos dignos, mais ou menos capazes. Isso desaparecia. E os indivíduos que haviam concorrido para isso desapareciam também. Excelente que Osman, em cima, e Luccarini, embaixo, continuassem. Não continuariam muito tempo. Ficava a estupidez: ‘Ouviram do Ipiranga as margens plácidas’. Para que meter semelhante burrice na cabeça das crianças, Deus do céu? Realmente eu havia sido ali uma excrescência, uma excrescência agora amputada, a rodar no bonde, a olhar navios e coqueiros. De certo modo as ameaças dos telefonemas me agradavam: embora indeterminadas, indicavam mudanças, forçar-me-iam a azeitar as articulações perras. Conservara-me regularmente e besta mais de três anos, numa cadeira giratória, manejando carimbos, assinando empenhos, mecânico, a deferir e indeferir de acordo com as informações de seu Benedito, realmente obedecendo a seu Benedito (RAMOS, 2015, p. 20-21).

A burocracia do Estado Vargas não trazia efetivas mudanças. No sistema educacional, as crianças iam emburrecendo, um projeto para manter a nação ignorante, garantindo a manutenção no poder dos militares e políticos safados. Crítica semelhante havia sido feita em 1917, por Lima Barreto, em *Os Bruzundangas*, ao afirmar que os militares dessa nação imaginária – mas que em verdade é o Brasil – se ocupam em fazer ofícios nas repartições, com o intuito de estudar e mudar os uniformes oficiais, uma atividade constante e inútil (BARRETO, 2017, p. 103), enquanto, o pré-requisito para eleger o Mandachuva (Presidente) era a mediocridade total (BARRETO, 2017, p. 93). Para Ramos, a educação não serviria para transformação, mas para manutenção de um velho sistema encabeçado por militares e políticos. O autor alagoano exime sua responsabilidade, enquanto funcionário público, na máquina do Estado. Ele e seus colegas eram peças que faziam essa engrenagem suja andar. Sua demissão não mudaria nada. Entretanto, ao fim, há ainda alguma esperança – que desaparecerá ao longo da obra –, imagina que sua saída seja sinal de mudança na instituição pública. Entretanto, o sistema, se mudava, o fazia para manter-se.

Graciliano, tal como Lima Barreto, não esconde seu desprezo pelas forças armadas. O que não é de se espantar, pois o sustentáculo do regime de Vargas era o braço armado do Exército, além de ter sido um tenente a ir prendê-lo e leva-lo a um quartel.

Habitara-me cedo a considerar o exército uma inutilidade. Pior: uma organização maléfica. Lembrava-me dos conquistadores antigos, brutos, bandidos, associava-os aos generais modernos, bons homens, excelentes pais de família, em todo o caso brutos e bandidos teóricos, mergulhados numa burocracia heroica e dispendiosa (RAMOS, 2015, p. 43-44).

Os generais da sua geração eram diferentes daqueles que originaram a ocupação no Brasil, ainda assim eram os mesmos brutos e bandidos. Novamente o autor alagoano exprime a sua impressão de estar lidando com um passado continuado no presente, espectros da época das conquistas em pleno século XX. A insistência de voltar seu pensamento para os militares, ocorre por duas razões: a primeira e mais óbvia, e já citada acima, é o fato dele estar em um quartel, preso por militares. A segunda menos óbvia consiste na presença viva dos militares no imaginário político da população desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando começa a ser construída a imagem heroica dessa instituição. A crescente representação é acompanhada da maior presença na política nacional. Ramos escreveu suas memórias de 1945 até por volta de sua morte, em 1953. Nesse meio tempo, ele assistiu Góis Monteiro e a alta cúpula das forças armadas pressionarem Vargas a renunciar – aqueles mesmos que haviam participado da Revolução de 1930. Viu as eleições de 1945 sendo encabeçada por dois militares: Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra, este, que sairá vencedor do pleito. Viu também a crescente insatisfação das forças armadas com o retorno de Vargas, em 1950, que, devido à nova pressão, comete suicídio em 1954. A associação do Exército com o passado é decorrência de sua constância na história brasileira, um fantasma sempre presente.

No dia 3 de março um tenente prende Graciliano Ramos e o leva ao quartel do vigésimo Batalhão. Ele se lembra de ter estado ali, em 1930, quando envolvera-se em uma “conspiração besta com um coronel, um major e um comandante de polícia, e vinte e quatro horas depois achava-me preso e só” (RAMOS, 2015, p. 30). Esse fato está associado à Revolução de 1930, que teve a participação dos militares, em especial dos membros do tenentismo, grupo de jovens oficiais, em sua maioria tenentes, que, em 1922 fizeram uma série de revoltas exigindo mudanças políticas e modernização do país. Muitos dos membros desse movimento farão parte do golpe que colocará Getúlio Vargas no poder, tal como comporão seu primeiro governo (1930-1945). Outros se convertem em esquerdistas, participando da Intentona Comunista de 1935. Revisitando o local, que desperta as memórias de cinco anos antes, o

escritor alagoano reflete e tece críticas ao desencadeamento do movimento tenentista na vida nacional

Parecera-me então que a demagogia tenentista, aquele palavrório chocho, nos meteria no atoleiro. Ali estava o resultado: ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações. O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana. Mussolini era um grande homem, e escritores nacionais celebravam nas folhas as virtudes do óleo de rícino. A literatura fugia da terra, andava num ambiente de sonho e loucura, convencional, copiava figurinos estranhos, exibia mamulengos que os leitores recebiam com bocejos e indivíduos sagazes elogiavam demais. O romance abandonava o palavrão, adquiria boas maneiras, tentava comover as datilógrafas e as mocinhas das casas de quatro mil e quatrocentos. Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. Um professor era chamado à delegacia: - ‘Esse negócio de africanismo é conversa. O senhor quer inimizar os pretos com a autoridade constituída.’ O congresso apavorava-se, largava bambo as leis de arrocho – e vivíamos de fato numa ditadura sem freio. Esmorecia a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas as poltronices a inclinar-se para a direita, quase nada poderíamos fazer perdidos na multidão de carneiros. Pensando nessas coisas, desci do automóvel, atravessei o pátio, que, em 1930, vira cheio de entusiasmos enfeitados com braçadeiras vermelhas (RAMOS, 2015, p. 30).

Graciliano Ramos mostra pessimismo sobre as intenções dos tenentes e julga como demagógica suas propostas. Responsabiliza esse movimento pelo descalabro que o Brasil se encontrava, com uma ditadura composta por militares que causavam medo, “semeando delações”. Para ele, a Intentona Comunista (levante do 3º Regimento e a revolução de Natal) derivava das aspirações tenentistas dos anos 1920, era parte do processo que ajudava a moldar a ditadura em que ele se encontrava. No âmbito da literatura, a consequência da evolução do regime ditatorial era a transformação das letras em uma “arte corrompida”, medíocre e sem identidade. A crítica policial censurava não só a arte, mas o ensino, não permitindo qualquer abordagem nova, como o africanismo, teoria histórico-sociológica do início do século XX. Do lado da política, o congresso permitia que a “ditadura sem freios” se instalasse⁴ e a oposição minguasse. Ao fim, lembra que, naquele mesmo local, cinco anos antes, havia entusiasmo, afinal, a promessa da Revolução de 1930 era trazer o novo, a mudança. Um novo, nem tão novo assim, veio, mas na forma de ditadura. Nota-se ainda que, em outro momento ele se refere ao

⁴ Graciliano Ramos faz alusão a dois decretos aprovados pelo Congresso, declarando o Brasil em Estado de Guerra, atribuindo pleno poderes para Vargas e que, será um ensaio para a efetiva instauração do Estado Novo, período da efetivada ditadura. O primeiro foi o decreto nº 702, em 21 de março de 1936, prorrogado até meados de junho de 1937, sendo substituído em 2 de outubro de 1937 por um segundo decreto nº 2.005, perdurando até 10 de novembro, data da instauração do Estado Novo.

movimento ao golpe da Aliança Liberal de “bagunça de 1930” (RAMOS, 2015, p. 36), indicando, novamente, descrença e pessimismo sobre o potencial transformador da Revolução.

Há ainda a referência ao fascismo europeu – italiano e alemão – porém com um tom mais sério. Anteriormente, o regime fora descrito como “pequenino fascismo tupinambá”, agora é uma colônia dos seus irmãos europeus. A ideia de uma cópia daquele totalitarismo praticado na Europa continua, porém muda-se o tom, mostrando a intenção do autor em reconstituir o sentimento que tivera no momento mesmo em que “pensava nessas coisas”, diferente da observação inicial do livro, de tom mais brando. Isso acontece pois, na abertura de suas *Memórias*, ele está construindo uma explicação ao leitor, sem intuito de presentificar experiências ou sentimentos da época de sua prisão, modelando sua afirmação na base do distanciamento do ocorrido, diferente da estratégia adotada no restante da obra, de narrar uma memória presentificada.

O seu ceticismo sobre acontecimentos recentes não se restringe ao potencial transformador do movimento tenentista e as promessas de 1930, também estão presentes na interpretação a respeito da Intentona Comunista e, em especial, a Aliança Nacional Libertadora que “surgia, tinha uma vida efêmera em comícios, vacilava e apagava-se” (RAMOS, 2015, p. 62). Graciliano Ramos acreditava não existir “probabilidade de se aguentar no Brasil uma revolução verdadeira” (RAMOS, 2015, p. 63). Duvidava das estratégias do movimento revolucionário, não crê na aproximação dos trabalhadores com os pequeno-burgueses.

Isso me pareceria jogo perigoso. Os interesses da propriedade, grande ou pequena, a lançariam com certeza no campo do fascismo, quando esta miséria ganhava terreno em todo o mundo. Em geral a revolução era olhada com medo ou indiferença. Os habitantes da cidade contentavam-se com discursos idiotas, promessas irrealizáveis e artigos safados, animavam-se à toa e depressa desanimavam, seriam capazes de aplaudir demagogos como os que, no princípio do século, defendiam a peste bubônica, a febre amarela e a varíola; as populações da roça distanciavam-se enormemente do litoral e animalizavam-se na obediência ao coronel e a seu vigário, as duas autoridades incontrastáveis. Muitos anos seriam precisos para despertar essas massas enganadas, sonolentas – e a propaganda feita em alguns meses naturalmente fora escassa. Organização precária. Agitação apenas, coisa superficial. Reuniões estorvadas pela polícia, folhas volantes, cartazes, inscrições em muros, pouco mais ou menos inúteis (RAMOS, 2015, p. 62).

A revolução, em sentido moderno, é mudar o curso da história e inaugurar algo novo (ARENDDT, 2014, p. 56). A libertação do presente em relação ao passado, projetando uma inovação para o futuro é o caminho adotado pelos movimentos revolucionários. Ramos expressa certa dúvida sobre esse potencial no Brasil. O discurso transformador da esquerda brasileira não surtia efeito em um país controlado por proprietários, que tinham como autoridade os coronéis e a Igreja – agentes tradicionais do mandonismo brasileiro. Das cidades,

esteio dos ímpetos modernizadores, não era diferente, a população ainda se apegava a discursos demagogos do início do século. Seria preciso muito tempo para que uma mudança viesse e a revolução tomasse forma. A falta de ímpeto social e as estratégias falhas dos revolucionários “pressupunham desorientação”. A falta de perspectiva transformadora mostra a condição que o país vive: perdido e imóvel. Ramos faz semelhante reflexão quando descobre que Luiz Carlos Prestes, o grande ícone da Revolução, também foi preso

Acompanhara-o de longe em 1924, informara-me de viagem romântica pelo interior, daquele grande sonho, aparentemente frustrado. Um sonho, decerto: nenhum excesso de otimismo nos faria ver na marcha heroica finalidade imediata. Era como se percebêssemos na sombra um deslizar de fantasmas ou sonâmbulo. Mas essa estranha figura de apóstolo disponível tinha os olhos muito abertos, examinava cuidadosamente a vida miserável das nossas populações rurais, ignorada pelos estadistas capengas que nos dominavam. Defendia-se com vigor, atacava de rijo; um magote de vagabundos em farrapos alvoroçava o exército, obrigado a recorrer aos batalhões patrióticos de Floro Bartolomeu, ao civismo de Lampião. Que significava aquilo? Um protesto, nada mais. Se por milagre a coluna alcançasse vitória, seria um desastre, pois nem ela própria sabia o que desejava. Sabia é que estava tudo errado e era indispensável fazer qualquer coisa. Já não era pouco essa rebeldia sem objetivo, numa terra de conformismo e usura, onde o funcionário se agarrava ao cargo como ostra, o comerciante e o industrial roíam sem pena o consumidor esbrugado, o operário se esfalfava à toa, o camponês aguentava todas as iniquidades, fatalista, sereno. Com certeza essa gente arregalava os olhos espantada – e nos de cima o espanto se mudava em ódio, nos de baixo começava a surgir uma indecisa esperança (RAMOS, 2015, p. 61).

A Coluna Miguel-Costa Prestes, movimento derivado do tenentismo, nasceu em 1924 e viajou cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil com o intuito de espalhar a revolução. Nesse percurso entrou em confronto armado com poderes locais, coronéis, cangaceiros, espantando o povo e irritando os poderosos. Encerrou suas ações em 1927, sem conseguir atingir seu objetivo. Ramos categoriza esse movimento de romântico, rebeldia sem objetivo, mostrando sua interpretação pessimista do acontecimento, mas não sem demonstrar alguma esperança ao reconhecer a necessidade de “fazer qualquer coisa”, mesmo que o país seja conformado, perpetuador de injustiças.

As interpretações de um país estático, corroborando para sua perspectiva pessimista, entretanto são mais abundantes. Ramos está sempre pontuando a “bola de ferro” atada aos pés da nação, que a mantém imóvel. Ao descrever o sertão nordestino, afirma que “o que por lá existe é ainda o patriarcado bíblico” (RAMOS, 2015, p. 63), dominando por um “regime feudal”. Assim, ao ver a violência física infligida aos prisioneiros, Graciliano Ramos percebe uma continuidade temporal daquela perpetrada ao longo da história do Brasil – em especial do sertão de onde é oriundo –, desde os tempos coloniais até o atual regime que se autoproclamava “Novo”. As surras o fazia lembrar-se do

eito, a senzala, o tronco, o feitor, o capitão de mato. O relho, a palmatória, sibilando, estalando no silêncio da meia-noite, chumaço de pano sujo na boca do infeliz, cortando-lhe a respiração. E nenhuma defesa: um infortúnio sucumbido, de músculos relaxados, a vontade suspensa, miserável trapo. Em seguida o aviltamento. É assim na minha terra, especialmente no sertão. Vivente espancado resiste: em falta de armas, utiliza unhas e dentes, abrevia o suplício e morre logo, pois, se sobreviver, estará perdido. Nunca mais o tomarão a sério. É possível que ele esqueça o chicote, precisa esquecer: cá fora tenta reaver os seus insignificantes direitos de cidadão comum. Os outros não esquecem. Aquilo é estigma indelével, tatuagem na alma. Quando estiver desprezado, julgando-se normal e medíocre, um riso, um gesto, um olhar venenoso o chamarão à realidade, avivarão a lembrança do pelourinho, do rosto cuspidor, das costas retalhadas. Afinal aquele tratamento não foi infligido senão para isso. Indispensável aniquilar um inimigo da sociedade. Quem é ele? O assassino? Evidentemente não. Na minha terra uma vida representa escasso valor. A população cresce demais, a agricultura definha na terra magra. Eliminar um cristão significa afastar um concorrente aos produtos minguidos, em duros casos serve para restabelecer o equilíbrio necessário. Enfim, cedo ou tarde, a morte se daria; em última análise o matador foi instrumento da Providência. Por isso ele é tabu. Na cadeia da roça não o maltratam, e o júri sem dificuldade o absolve. O que passou, passou, a condenação não ressuscita ninguém. O delito máximo é o que lesa a propriedade. Nesse ponto o fatalismo caboclo desaparece: não foi certamente Deus que mandou furtar, o ladrão é responsável. Está visto que não se punem os grandes atentados, mais ou menos legais, origem das fortunas indispensáveis à ordem, mas os pequenos delinquentes sangram nos interrogatórios bárbaros e nunca mais se reabilitam (RAMOS, 2015, p. 122).

As surras contra os indefesos é prática constante na história brasileira, seja no escravizado amarrado ao tronco, no prisioneiro amordaçado nos interrogatórios ou no ladrão sertanejo. Se as surras não aniquilam o indivíduo, elas destoem sua mente, acabam com sua possibilidade de “reaver seus direitos de cidadão comum”. A principal função da surra é humilhar. Mas, como pontua Ramos, em especial no sertão, esse não é um tratamento infligido a qualquer um, somente aos que lesam as propriedades, os assassinos não sofrem semelhante destino, são absolvidos. Essa descrição do sertão se assemelha à de Capistrano de Abreu, em seu livro de 1907, *Capítulos de história colonial*. No capítulo destinado a descrição do sertão brasileiro – não somente ao nordestino – Abreu afirma que naquelas áreas:

reinava respeito natural pela propriedade; ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos; a vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária, coisas às vezes de insignificância inapreciável desfechavam em sangue. Por desgraça não se dava o encontro em campo aberto: por trás de um pau, por uma porta ou janela aberta descuidadamente, na passagem de algum lugar ermo ou sombrio lascava o tiro assassino, às vezes marcando o começo de longa série de assassinatos e vendetas. Com a economia naturista dominante, custava pouco juntar valentões e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis. Para apossar-se destes régulos só havia dois recursos: a astúcia ou o auxílio de vizinhos (ABREU, 2000, p. 158).

Ramos e Abreu concordam no fato de que a propriedade privada, na história brasileira é autoridade máxima. Desde sempre esse fundamento orientou o país. Lesá-la é incorrer em um

tabu. Para defendê-la vale tudo, principalmente o uso da violência e tirar uma vida não representa o mesmo pecado cometido por um ladrão, que era tido como o mais grave.

Ramos pontua que existe, entretanto, uma única diferença entre a violência do passado e do seu presente, agora ela é desferida contra indivíduos que não são de classe baixa. Essa constatação lhe gera espanto, pois habituara-se “desde a infância, a presenciar violências, mas invariavelmente recaíam em sujeito da classe baixa” (RAMOS, 2015, p. 123). Não conseguia conceber que os prisioneiros políticos, os “negociantes e funcionários recebessem os tratos dispensados antigamente aos escravos e agora aos patifes miúdos” (RAMOS, 2015, p. 123). Ramos julga que a extensão da violência seja porque estes desejavam uma transformação, “eliminar os ricos, suprimir a exploração do homem na lavoura e na fábrica” (RAMOS, 2015, p. 123), mesmo que não alcançassem esse objetivo. Isso os nivelava aos bandidos e por isso “recebiam suplícios infamantes”. Assim,

eles, como os escravos indolentes e os salteadores, minavam a fortuna, pelo menos pretendiam miná-la. Natural que os proprietários e os senhores de Estado, os estigmatizassem, cobrissem de ignomínia. Não lhes feriam somente o corpo: tentavam, encharcando-os na lama, no opróbrio, embotar lhes os espíritos, paralisar lhes a vontade (RAMOS, 2015, p. 123).

Graciliano Ramos novamente pontua que a violência era direcionada a quem atentasse contra a ordem das propriedades privadas. Mesmo na “república novíssima” esse tabu não mudava, qualquer um, rico ou pobre, que pretendesse a transformação enfrentaria “os suplícios infamantes”. Agredir o corpo visava, ao cabo, a agressão da alma, destruir a vontade, suprimir desejos de revolução, de mudança. Essa violência, entretanto, não precisava vir apenas dos golpes físicos, poderiam danificar sua mente pelas vias burocráticas, da justiça.

Os danos começam a ser feito logo no começo de sua prisão, que veio sem formalidades. “Não me acusavam, suprimiam-me” (RAMOS, 2015, p. 31), pensa ele. Em nenhuma ocasião a acusação formal é feita, levando-o a perder as esperanças, pois “não há nada mais precário que a justiça” (RAMOS, 2015, p. 25). Recebe a notícia que será transferido do quartel. Teme ser pego na ignorância, “não havia reparado nos enxertos de 1935 arrumados na Constituição” (RAMOS, 2015, p. 40) – a Lei de Segurança Nacional, de 4 de abril de 1935 que foi usada para sufocar a Constituição de 1934. Em momento algum davam mostra de querer submeter os perseguidos a julgamento. “E era possível que já nos tivessem julgado e cumpríssemos pena, sem saber. Suprimiam-nos assim todos os direitos, os últimos vestígios deles. Desconhecíamos até o foro que nos sentenciava” (RAMOS, 2015, p. 68). A justiça funciona como a ferramenta complementar da prisão, alijando os direitos e as liberdades, não só físicas, mas mentais. Se o presídio cerceia o corpo, confundindo os pensamentos, a confusão

também é derivada da ignorância sobre o sistema judiciário, que mantém os presos sem julgamento. A cadeia suprimia o corpo e a mente de Ramos, a justiça suprimia a sua existência.

Ainda no quartel, antes de ser levado para o Rio de Janeiro, é comunicado que será transferido. Questiona-se para onde e, novamente, qual razão de o terem prendido. “Inadmissível achar-me ali por vingança de um energúmeno qualquer: isto seria antieconômico, disparatado, e sem dúvida o país ainda não chegara a tal grau de estupidez e malandragem” (RAMOS, 2015, p. 50). As transformações do regime eram sinais de que não fosse nem uma imobilidade, talvez fosse uma decadência, afinal, rumava ao fundo do poço, mesmo que ainda não o tivesse atingido.

Não era só o sentimento de injustiça e de desorientação que atormentavam os detentos. A condição de culpa resignada, aceitação de que algum crime eles cometeram – pensamento semelhante ao de Fabiano, em *Vidas secas*, quando, também preso injustamente, irrita-se, entretanto, julga ser de fato culpado, pois o “governo, coisa distante e perfeita, não podia errar” (RAMOS, 1982, p. 33-34). A diferença entre Fabiano e o Ramos das *Memórias* é o diagnóstico negativo que o autor faz sobre o futuro:

Certamente nos atribuíam culpas graves; na melhor das hipóteses, éramos levianos e desastrados. E o pior é que nos sentíamos infratores, éramos levados a admitir isto. Sinais intempestivos de compaixão, simples referência ao ambiente sórdido, à horrível miséria, mais nos reforçariam a certeza. Tínhamos delinquido, sem dúvida. Muitas daquelas criaturas ignoravam que delito lhes imputavam. Na verdade, não imputavam: mantinham-nas em segregação, e isto devia bastar para convencê-las. Com o andar do tempo, chegariam a dar razão à justiça nova. Ninguém iria prendê-las e maltratá-las sem motivo (RAMOS, 2015, p. 117-118).

Com o tempo, o regime autoritário seria aclimatado, as pessoas o aceitariam, os próprios presos concordariam com as culpas que os imputavam. Encarceramento do corpo através do sistema injusto, de uma justiça cuja informações nenhum preso tem, nem se quer dispõem da possibilidade de averiguar por conta própria as razões de sua acusação. Tal como Joseph K., protagonista do livro *O processo*, de Franz Kafka, Ramos não consegue acessar a justiça, não sabe qual crime cometeu, está desorientado por um judiciário que anula sua existência.

As consequências do aprisionamento físico causam tamanho impacto mental, que Ramos considera vantagem permanecer encarcerado, tendo “receio de voltar a assumir responsabilidades, a certeza de que o meu trabalho de indivíduo solitário, na ditadura mal disfarçada por um congresso de sabujos, seria pouco mais ou menos inútil. Preferível o cativo manifesto ao outro, simulado, que nos ofereciam lá fora” (RAMOS, 2015, p. 51). No final das contas, a vida fora da prisão era também um decaimento, uma prisão disfarçada. Dentro da

cadeia, pelo menos, ele sabia que estava preso, não precisava mais experimentar uma falsa sensação de liberdade.

No Pavilhão dos Primários, um faxina conta-lhe a história de um detento, julgado como ladrão ordinário e que está concluindo pena leve. Prestes a ser posto em liberdade, mata outro preso para que continue encarcerado. Intrigado com essa história, Graciliano Ramos associa esse acontecimento às condições que o país se encontra, produtora de uma sociedade que não aniquila somente corpos, aniquila também mentes.

Um fato, pouco depois, convenceu-me de que ali domina o capricho despótico, e as sentenças dos tribunais são formalidades inconsequentes: cumprem-se, e os réus não se desembaraçam da culpa. Certos crimes não desaparecem nunca; um infeliz ajusta contas com o juiz e fica sujeito ao arbítrio policial. Inteiramente impossível a reabilitação, pois não o deixam em paz (RAMOS, 2015, p. 290).

Para os que se encontram no cárcere, não só os presos políticos, mas também os criminosos comuns, a vida em sociedade é mais opressora que a própria prisão. Isso se apresenta fatalmente na fala de Moésia Rolim, afirmando que ali “era o único lugar no Brasil onde havia liberdade” (RAMOS, 2015, p.355), um paradoxo que os presos se agarravam. Ramos não discorda e ainda acrescenta, ironicamente, existir ali também outra liberdade, a de “andar nus, não escovar os dentes, falar à toa, admitindo ou recusando farrapos de noções obrigatórias noutras partes. Íamos e vínhamos, perfeitos animais” (RAMOS, 2015, p. 355). Animalizados e encarcerados, gozavam de mais liberdade que o mundo de onde vinham.

Trancafiado restando apenas a mente para se locomover, Ramos sempre volta para a questão do desconhecimento de seu processo legal e do estado de decadência que os presos e o país se colocavam. O país simulava justiça e tratava seus cidadãos como selvagens, nem se quer fazendo esforço para esconder a arbitrariedade e a violência deferida

enxerguei a liberdade muito longe, cada vez mais a distanciar-se de mim. Conservar-me-iam fora do mundo, sem processo; não me vexariam com interrogatórios nem ouviriam testemunhas. Segregação isenta de formalidades. Tínhamos chegado a isso, eliminavam-se as praxes, o simulacro de justiça, como se fossemos selvagens. Facilmente me ajustariam, considerando indícios e razões, em artigos e parágrafos. Se quisessem, legalizariam a situação; não tentavam esconder violências e arbítrios (RAMOS, 2015, p. 361).

Do que adiantaria essa liberdade, pensa novamente Ramos, afinal, se posto em liberdade não sabe o que fará. Suas esperanças futuras vão sendo destruídas. “Em que me iria ocupar? Sentia-me incapaz de trabalho, a vida se estragara. Camaradas antigos voltariam a cara, dobrariam esquinas ao ver-me, aos poucos habituando à sepultura; difícil ressurgir, vagar na multidão, à toa, como alma penada” (RAMOS, 2015, p. 367). A prisão física que se desdobrava em um encarceramento mental, era fatal para a reputação dos que haviam sido perseguidos pelo

regime. Eram como as surras, que aniquilavam a reputação dos indivíduos. Os presos, políticos ou não, arruinavam-se em sociedade, não sobriam vida civil pós-cadeia. A tônica de sua esperança de liberdade é assassinada pela perspectiva de que sua vida social estava acabada.

Ramos sabe que a perseguição do regime não acabaria logo, e que “certamente outros iriam cair, as prisões se encheriam, a ditadura mal disfarçada que humilhava um congresso poltrão grimparia. Anos perdidos”. Transformação nenhuma advinha da Intentona, pelo contrário, dava munição para que a “agressão fascista continuasse lá fora”, podendo aumentar as “medonhas injustiças” (RAMOS, 2015, p. 64).

A reflexão reiterada da desorientação, falta de justiça, violência física e mental e destruição da reputação dos presos, desemboca sempre na conclusão de que o fascismo ganhava, reforçando essa mesma reflexão reiterada.

O mundo se tornava fascista. Num mundo assim, que futuro nos reservariam? Provavelmente não havia lugar para nós, éramos fantasmas, rolaríamos de cárcere em cárcere, findaríamos num campo de concentração. Nenhuma utilidade representávamos na ordem nova. Se nos largassem, vagaríamos tristes, inofensivos e desocupados, farrapos vivos, velhos prematuros; desejaríamos enlouquecer, reconhecer-nos ao hospício ou ter coragem de amarrar uma corda ao pescoço e dar o mergulho decisivo (RAMOS, 2015, p. 160-161).

Apesar de Ramos ter começado a escrever suas *Memórias* em 1945, ano em que o fascismo na Europa – e o autoritarismo de Vargas – se encerram, ele deseja exprimir sua falta de expectativa no futuro, no momento em que ele vivenciava a perseguição política. Como já foi apontado anteriormente, sua insistência em descrever o regime brasileiro como fascismo, com tonalidade de horror, diferindo do começo da sua narrativa, quando chama de “pequeno fascismo tupinambá”, é parte de sua estratégia de transmissão da experiência regressa, presentificando-a. O sentimento dos perseguidos é o da impossibilidade de futuro, por isso o suicídio é um caminho plausível. A confusão e desorientação derivadas do aprisionamento do corpo, devido a um regime autoritário e uma justiça inerte, aniquilavam a expectativa de vida caso fossem postos em liberdade. Esse mundo novo que surgia, entretanto, continuava injusto, violento e autoritário, tal como o velho.

Conclusão

Graciliano Ramos pode ser lido como um intérprete do Brasil, que vê uma contradição no país, por estar fatalmente atrelado ao seu próprio passado. Em seu último livro, *Memórias do cárcere*, o autor alagoano narra a alteridade do Brasil, uma nação que passa pela transformação de um Revolução, adotando um novo governo, sem que algo de novo realmente aconteça, pelo contrário, perpetuando o autoritarismo, violência e injustiças. O espaço físico da prisão, que encarcera o corpo e os pensamentos podem ser estendidos ao país, que também vive

desorientado temporalmente, revivendo acontecimentos pretéritos que se confundem com o presente. Fundindo o mundo social (reflexões sobre o Brasil) e o mundo psicológico (os pensamentos oriundos do tempo na cadeia), Graciliano Ramos interpreta o cárcere e o país como reprodutores de experiências estáticas. Um país imobilizado historicamente.

Referências

- ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas. Numa e a ninfa*. São Paulo: Carambaia, 2017.
- BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere. Literatura e testemunho*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOSI, Alfredo. *A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere*. Estudos Avançados USP, v. 9, pp. 309-322, 1995.
- BUENO, Luís. *Uma história do Romance de 30*. São Paulo: Editora da USP/Unicamp, 2015.
- CANDIDO, Antonio. *A revolução de 1930 e a cultura*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, 4, pp. 27-36, 1984.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo oligárquico*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GOMES, Ângela de Castro. A 'cultura histórica' do Estado Novo. *Projeto História*, n.16, pp. 121-142, 1998.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. “A economia política no primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- RAMOS, Graciliano. *Caetés*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo oligárquico*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Recebido em 23 de setembro de 2022.

Aprovado em 9 de janeiro de 2023.

Resumo/Abstract

A imobilidade histórica em *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos

Luís Alfredo Paduanelli Galeni

Em *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, ao fundir o mundo psicológico e social, o autor constrói a interpretação do Brasil como um outro, refletindo sobre as contradições dos anos 1930, época marcada por transformações de intuito modernizador, mas que permanecia quase imobilizado historicamente. A interpretação de Ramos acontece em duas direções. Primeiro o da construção da memória reiterada, fruto do aprisionamento do

corpo, gerando repetições de pensamentos, confusão mental e perda da orientação do tempo. Segundo, a transferência do sentimento de confusão e desorientação para as reflexões do mundo fora da cadeia: justiça que não funciona, reputações aniquiladas devido ao estado fascista que se forma. O resultado da experiência do cárcere, e das reflexões sobre o Brasil é de que o governo Vargas manteve o país semelhante ao que destruía.

Palavras-chave: Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*, história.

Historical immobility in *Memórias do cárcere*, by Graciliano Ramos.

Luís Alfredo Paduanelli Galeni

In Graciliano Ramos's *Memórias do cárcere*, by merging the psychological and social world, the author constructs the interpretation of Brazil as an “other”, reflecting on the contradictions of the 1930s, a time marked by transformations with a modernizing intention, but which remained almost immobilized historically. Ramos' interpretation goes in two directions. First, the construction of reiterated memory, the result of the imprisonment of the body, generating repetitions of thoughts, mental confusion and loss of time orientation. Second, transferring the feeling of confusion and disorientation to the reflections of the world outside the jail: justice that doesn't work, reputations annihilated due to the fascist state that is formed. The result of the prison experience, and of the reflections on Brazil, is that the Vargas government kept the country similar to the one it was destroying.

Keywords: Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*, history.